

1 Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às nove horas e vinte e um minutos,
2 na sede do Conselho Federal de Psicologia (CFP), situado no Setor de Administração Federal
3 Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito
4 Federal, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) deu início ao segundo dia da
5 Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), solicitando que os
6 integrantes da Mesa Diretoria e do Plenário tomassem seus lugares. A Mesa Diretora foi
7 composta por Rodrigo Acioli Moura (CRP 05), Cleon dos Santos Cerezer (CRP 07) e Ana
8 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP). Ana Sandra (CFP) deu início às atividades do
9 dia solicitando checagem do quórum, cumprimentou os presentes, desejou um bom dia de
10 trabalho, produtivo. Por fim deu início à reunião. **Ponto 12. Revisão da Política de**
11 **Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia.** Ana Sandra Fernandes
12 Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que a relatora do ponto é a convidada e Conselheira do
13 CFP Júnia Maria Campos Lara e que contaria com o auxílio de Regiane Aparecida Piva (CRP
14 SP) para a apresentação do ponto. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) procedeu
15 com a conferência das delegações. Até o início do ponto as delegações dos seguintes
16 Conselhos Regionais não haviam chegado: CRP 01, CRP 11, CRP 15 e CRP 23. Delegações:
17 CRP 02: Marcos Mucarbel Júnior, Patrícia de Oliveira Guimarães e Maria de Jesus Moura;
18 CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão, Túlio Louchard
19 Picinini Teixeira e Rita de Cássia de Araújo Almeida; CRP 05: Rodrigo Acioli Moura, Viviane
20 Siqueira Martins e Juraci Brito da Silva; CRP 06: Rodrigo Toledo, Regiane Aparecida Piva e
21 Maria Rozineti Gonçalves; CRP 07: Mariane Teixeira Netto Rodrigues, Fernanda Facchin
22 Fioravanzo e Cleon dos Santos Cerezer; CRP 08: Carolina de Souza Walger, Luciano
23 Bugalski e Iara Laís Raittz Baratieri Omar; CRP 09: Ionara Vieira Moura Rabelo e Handerssen
24 Shouzo Abe; CRP 10: Giane Silva Santos Souza e Soraya Wivianne Braga Albim; CRP 12:
25 Marcos Henrique Antunes, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Joseane de Oliveira Luz;
26 CRP 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e Leandro Roque da Silva; CRP 14: Irma Macário
27 e Marilene Kovalski; CRP 16: Diemerson Saquetto e Tammy Andrade Motta; CRP 17:
28 Rodrigo Costa de Oliveira e Stênio Stephanio Santos de Oliveira; CRP 18: Morgana Moreira
29 Moura e Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo; CRP 19: Frederico Alves de Almeida; CRP
30 20: Gibson Alves dos Santos e Regina Célia Pereira da Silva; CRP 21: Juliana Barbosa Dias
31 Maia; CRP 22: Dánnilo Jorge Escórcio Hálabe; CFP: Rogério Giannini, Ana Sandra
32 Fernandes Arcoverde Nóbrega e Andréa Esmeraldo Câmara. Ana Sandra (CFP) informou a

33 necessidade de, conforme as delegações fossem chegando, que sejam apresentadas para que
34 seja feito registro em ata. Júnia Maria Campos Lara (CFP) iniciou o ponto. Leu o breve
35 histórico do GT e salientou que este ponto possui três objetivos, a saber: 1) Aprovar a Minuta
36 de Resolução CFP que altera o artigo 8º da Resolução CFP n. 003/2007; 2) Aprovar a Minuta
37 de Resolução CFP referente ao cadastro e registro de Pessoas Jurídicas e 3) Solicitar a
38 Continuidade do GT. Júnia Maria Campos Lara (CFP) leu Minuta de Resolução CFP que
39 altera o artigo 8º da Resolução CFP n. 003/2007 e informou que o próprio GT fez destaques
40 no sentido de substituir a letra "E" pela Letra "A" no §8º. Ana Sandra Fernandes Arcoverde
41 Nóbrega (CFP) informou que a delegação do CRP 15 chegou, às nove horas e quarenta e dois
42 minutos, tomando seu assento, Luiz Wilson Machado da Costa e Silva e Zaira Rafaela Lyra
43 Mendonça. Regiane Aparecida Piva (CRP 06) informou a questão do destaque já apontado
44 por Júnia Maria Campos Lara. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) perguntou
45 se havia mais algum outro destaque na referida minuta. Foi informado que não. Ela sugeriu
46 que o ponto fosse repassado por partes, havendo confirmação do Plenário. Assim, procedeu-
47 se à votação da Minuta. Favoráveis: 45 votos; contrários: não houve; abstenção: 01 voto. Ana
48 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que a delegação do CRP 11 chegou às
49 nove horas e cinquenta e três minutos, tomando seus assentos Diego Mendonça Viana e João
50 Paulo Lopes Coelho. Júnia Maria Campos Lara (CFP) deu seguimento ao ponto no segundo
51 objetivo, qual seja, aprovar a Minuta de Resolução CFP referente ao Registro e Cadastro de
52 Pessoas Jurídicas. Iniciou a leitura da minuta de Resolução a ser aprovada, informando que a
53 minuta já fora apreciada pelos Conselhos Regionais e pela Gerência Jurídica do Conselho
54 Federal. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que a condução do ponto
55 se daria como de costume, que a minuta de Resolução seria lida por completo e que os
56 destaques iriam sendo apontados. Regiane Aparecida Piva (CRP 06) e Morgana Moreira
57 Moura (CRP 18) fizeram destaque no Artigo primeiro, parágrafo segundo. Giane Silva Santos
58 Souza (CRP 10) fez destaque no Artigo terceiro. O delegado do CRP 23, Ricardo Furtado de
59 Oliveira chegou às dez horas e um minuto. Continuou-se a leitura da minuta da Resolução
60 sobre registro e cadastro de Pessoas Jurídicas. Regiane Aparecida Piva (CRP 06) fez destaque
61 no artigo quinto, parágrafo primeiro. Diego Mendonça Viana (CRP 11) fez destaque no artigo
62 sexto, parágrafo segundo. Handerssen Shouzo Abe (CRP 09) fez destaque no artigo dez,
63 parágrafo segundo. Diêgo Mendonça Viana (CRP 11) fez destaque no artigo doze, inciso dois.
64 Handerssen Shouzo Abe (CRP 09) fez destaque no artigo vinte e três. Rodrigo Toledo (CRP

65 06) fez destaque no artigo primeiro. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP)
66 consultou o plenário sobre o andamento do tema, se os destaques apontados no corpo do texto
67 seriam debatidos antes da leitura dos anexos. O plenário decidiu que se procederia a leitura
68 dos anexos e posteriormente todos os destaques seriam discutidos. Rodrigo Acioli Moura
69 (CRP 05) procedeu à leitura dos anexos em auxílio à Júnia Maria Campos Lara (CFP). Djean
70 Ribeiro Gomes (CRP 03) chegou às dez horas e catorze minutos. Cleon dos Santos Cerezer
71 (CRP 07) deu destaque no Anexo 2: "Declaração Institucional para garantia do amplo e livre
72 exercício profissional por parte dos profissionais de Psicologia e responsáveis técnicos de
73 Psicologia de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo e legislações cabíveis".
74 Rogério Giannini (CFP) lembrou a importância de se gerar todo o documento. Ionara Vieira
75 Moura Rabelo (CRP 09) solicitou destaque no Anexo 3: "Formulário de Declaração de
76 Desligamento de Responsável Técnico". Diego Mendonça Viana (CRP 11) solicitou destaque
77 no Anexo 4: "Requerimento de Inscrição de Pessoa Jurídica", solicitando a retirada de todos
78 os termos "autenticados". Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP 09) solicitou destaque no item
79 1- Caracterização das Atividades da Pessoa Jurídica do Anexo 4. Maria de Jesus Moura (CRP
80 02) solicitou destaque quanto termo "Gênero" no Anexo 4. Após os destaques, procedeu-se a
81 discussão do tema. Frederico Alves de Almeida (CRP 19) fez destaque no Artigo primeiro,
82 parágrafo segundo salientando a questão do posicionamento do Sistema Conselhos de
83 Psicologia quanto a não registrar ou cadastrar as Comunidades Terapêuticas. Questionou se o
84 Sistema Conselhos irá fazer o reconhecimento destas instituições. Ionara Vieira Moura Rabelo
85 (CRP 09) questionou a escrita do texto, informando não reconhecer as contribuições
86 encaminhadas. Destacou a importância de se registrar as instituições que prestam serviços de
87 Psicologia como atividade secundária também dada a grande quantidade de instituições nesta
88 situação. Regiane Aparecida Piva (CRP 06) respondeu à questão do Frederico Alves de
89 Almeida (CRP 19) informando que o GT de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização
90 citou a questão do registro das Comunidades Terapêuticas na última APAF e que foi aprovada
91 resolução sobre as CTs. Disse que consultou a Gerência Jurídica do CFP para não especificar
92 as exceções, e que a solução é de se reformular o texto do parágrafo primeiro do artigo
93 primeiro e se retirar o parágrafo segundo. Explicou que a base para se construir esta Minuta
94 de Resolução foi o texto sobre o assunto que consta na Resolução CFP n. 003/2007
95 (Consolidação das Resoluções). Ressaltou que receberam muitas contribuições e que quando
96 se refere à inscrição secundária, se diz respeito ao cadastro e não ao registro. Túlio Louchard

97 Picinini Teixeira (CRP 04) referiu que houve discussão no GT sobre o tema e que no artigo
98 primeiro é sobre a obrigatoriedade de registro da atividade principal e não do cadastro. Se
99 obrigar a realizar o cadastro há impacto financeiro nos Conselhos Regionais, pois haverá mais
100 fiscalizações. Reafirmou que o cadastro é facultativo e que não incide pagamento das
101 anuidades. Regiane Aparecida Piva (CRP 06) ressaltou que a discussão não deve abordar
102 somente a questão do pagamento, e sim se atentar sobre qual a função daquela empresa em
103 relação à psicologia. Achou que seria interessante quanto ao cadastro que se coloque que é
104 obrigatório o cadastro, o que não incidiria no pagamento da anuidade. Ressaltou que há que
105 se ter em mente qual a função dos Conselhos Regionais nas Pessoas Jurídicas e nas instituições
106 cadastradas. Diego Mendonça Viana (CRP 11) informou que no estado do Ceará há confusão
107 quanto às nomenclaturas, já que existe uma lei que trata das Pessoas Jurídicas (Lei n.
108 6.839/1980). A referida lei trata todas as situações de registro, o que gera confusão com a
109 Resolução de Pessoas Jurídicas. Acredita que a nomenclatura deva ser alterada para
110 credenciamento. Reafirmou que a legislação prega que todas as instituições devem se
111 credenciar e diferenciou o credenciamento do pagamento das anuidades. Mariane Teixeira
112 Netto Rodrigues (CRP 07) reafirmou a importância da fiscalização das instituições,
113 independente do pagamento das anuidades. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP 09) ressaltou a
114 importância da fiscalização tanto para instituições cadastradas quanto para as registradas.
115 Túlio Louchard Picinini Teixeira (CRP 04) ressaltou a importância de se discutir a questão
116 fiscalizatória, para isso seria importante se tornar o registro e o cadastro obrigatórios.
117 Reconheceu que se assim for, o volume de trabalho aumentará bastante. Regiane Aparecida
118 Piva (CRP 06) destacou que independentemente de cadastro e de registro da instituição, se há
119 psicóloga (o) trabalhando o Conselho Regional pode realizar a fiscalização. Ana Sandra
120 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) destacou que no Plenário há dois posicionamentos: 1-
121 que o registro seja obrigatório e o cadastro seja facultativo; e 2- que o registro e o cadastro
122 sejam obrigatórios. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP 09) disse que concorda com o
123 posicionamento do Plenário, mas ressaltou que a questão é política, e que com a
124 obrigatoriedade do cadastro há a garantia de compromisso com a sociedade e com a categoria
125 em diversas questões. Diego Mendonça Viana (CRP 11) disse que seu posicionamento já é
126 para encaminhamento, pois há licitações entre as Pessoas Jurídicas e que há a obrigatoriedade
127 de cadastro das Pessoas Jurídicas, entretanto não é realizado, já que utilizam a Resolução do
128 Conselho Federal de Psicologia como justificativa para o não cadastramento e que há

129 implicações em não tornar o cadastro obrigatório. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
130 (CFP) encaminhou que há duas posições: 1- defendido pelo GT- que o registro seja obrigatório
131 e o cadastro seja facultativo; 2- defendido por alguns membros do Plenário - que o registro e
132 o cadastro sejam obrigatórios, ficando os processos de inscrição e de fiscalização regidos por
133 cada Conselho Regional de Psicologia. Andreza Sorrentino (CRP 01), Cristina Rosas da Silva
134 (CRP 01) e Renan Vieira de S. Rocha (CRP 03) chegaram às dez horas e quarenta e um
135 minutos. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) referiu, novamente, que há duas
136 propostas: Proposta 1- defendida pelo GT- que o registro seja obrigatório e o cadastro seja
137 facultativo; Proposta 2- defendida por alguns membros do Plenário - que o registro e o
138 cadastro sejam obrigatórios, ficando os processos de inscrição e de fiscalização regidos por
139 cada Conselho Regional de Psicologia. Em regime de votação: proposta 1- favoráveis: 07
140 votos. Proposta 2 - favoráveis: 45 votos. Uma abstenção. Dessa forma, encaminhou-se que na
141 minuta de Resolução deve constar a obrigatoriedade do registro e do cadastro. Júnia Maria
142 Campos Lara (CFP) informou que em conversa com o Jurídico do CFP, a equipe indicou que
143 se deve substituir a palavra "poderão" por "deverão" no artigo nono da referida Minuta. Túlio
144 Louchard Picinini Teixeira (CRP 04) indicou que agora, com a votação do Plenário, não há
145 mais diferença entre o registro e o cadastro, há diferença quanto a isenção e há que se prever
146 quem está isento. Iara Laís Raittz Baratieri Omar (CRP 08) indicou que a forma com que a
147 proposta foi aprovada, há que se modificar o artigo 16 que diz respeito à fiscalização. Regiane
148 Aparecida Piva (CRP 06) referiu que há uma diferença entre o mérito da questão, no sentido
149 de que há diferença entre a empresa de psicologia e a empresa que não é de psicologia, mas
150 possui psicólogo em seu quadro funcional. Destacou que há que se descrever no texto da
151 resolução as duas modalidades em que o psicólogo está inserido. Ana Sandra Fernandes
152 Arcoverde Nóbrega (CFP) destacou que todos os apontamentos são de extrema importância,
153 e ponderou que é difícil se fazer os ajustes com o coletivo, dessa forma sugeriu que o GT,
154 juntamente com o Jurídico faça os ajustes necessários na resolução de acordo com as
155 indicações do Plenário. Que o GT e o Jurídico se retirem para realizar os ajustes na Resolução
156 e que possa ser reapresentada ainda no dia de hoje. Túlio Louchard Picinini Teixeira (CRP
157 04) ponderou que o ponto do GT ainda não foi encerrado e solicitou que o restante do ponto
158 fosse finalizado para somente então haver a retirada do GT para os ajustes na resolução. Júnia
159 Maria Campos Lara (CFP) informou que o terceiro quesito a ser discutido é a continuidade do
160 GT. Rodrigo Toledo (CRP 06) apontou que ainda há alguns destaques a serem discutidos.

161 Dessa forma, continuou-se a discussão dos destaques. Giane Silva Santos Souza (CRP 10)
162 destacou que no artigo terceiro seria interessante que se acrescentasse à ANVISA, quando
163 couber. Regiane Aparecida Piva (CRP 06) destacou no artigo quinto que se acrescente mais
164 um documento, qual seja "certificado de registro em outro conselho de classe, se possuir".
165 Diego Mendonça Viana (CRP 11) destacou que se acrescente mais um artigo que faça
166 referência aos casos omissos e que sejam resolvidos pelos Conselhos Regionais, como consta
167 no Código de Ética Profissional do Psicólogo - CEPP. Cleon dos Santos Cerezer (CRP 07)
168 destacou que se revejam os verbos no anexo dois. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP 09)
169 destacou o anexo três no sentido de substituir a resolução 007/2003 pelo artigo 15 da
170 Resolução 006/2019 e alterar as áreas de atuação da Pessoa Jurídica, deixando em branco para
171 preenchimento pelo responsável pela Pessoa Jurídica. Solicitou também alterar a palavra
172 "gênero" por "sexo" e se for manter o gênero que haja a especificação. Acha importante que
173 os profissionais tenham habilitação em libras, tradutores, que haja acessibilidade. Mariane
174 Teixeira Netto Rodrigues (CRP 07) acha importante que se acrescente o termo acessibilidade.
175 Túlio Louchard Picinini Teixeira (CRP 04) acredita que não tenha que se especificar o gênero,
176 pois a caracterização é do serviço. Rodrigo Acioli Moura (CRP 05) acredita que se devam
177 retirar as palavras sexo e gênero e colocar público alvo. O Plenário decidiu se colocar público
178 atendido e não público alvo. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que
179 o GT irá finalizar o ponto e posteriormente irá se retirar para ajustar a minuta de resolução
180 sobre o registro e cadastro de Pessoas Jurídicas. Júnia Maria Campos Lara (CFP) continuou a
181 apresentação do ponto, solicitando a continuidade do GT para elaborar os documentos já
182 iniciados e justificou tal necessidade. Sobre a inscrição secundária, foi referido que o material
183 encaminhado pelos Conselhos Regionais, será encaminhado à conselheira do CFP Clarissa
184 Paranhos que trabalhará o tema na Comissão de Orientação e Ética - COE e Comissão de
185 Orientação e Fiscalização - COF. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP 09) questionou sobre o
186 serviço-escola e o Ensino a Distância - EAD e que na reunião de presidentes este assunto foi
187 discutido e foi falado sobre o documento escrito em conjunto CFP, ABEP e CRP 06 e que tal
188 documento não contempla a realidade da Psicologia, haja vista a iminência dos cursos EAD
189 em Psicologia. Ficou preocupada quanto às Diretrizes Curriculares. Solicita a construção de
190 uma resolução sobre o serviço-escola e os estágios. Solicitou também que seja criado um GT
191 para tal atividade. Júnia Maria Campos Lara (CFP) reconheceu que se trata de uma demanda
192 objetiva e legítima. O GT referiu que neste momento não é possível acolher a demanda devido

193 ao volume de trabalho a ser executado pelo GT. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP 12)
194 apresentou sua preocupação sobre a inscrição de psicólogos estrangeiros, que muitos
195 profissionais se mudaram para o Japão, por exemplo, e se depararam com a fragilidade da
196 comunidade brasileira naquele país. Que são profissionais que mantêm a inscrição ativa, mas
197 que o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs não contempla seus serviços.
198 Solicitou o intermédio do Sistema Conselhos junto às instâncias governamentais que possam
199 pensar formas de atendimento. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) ressaltou a
200 questão da limitação da legislação e a territorialidade, que extrapola o Sistema Conselhos.
201 Sobre a inscrição secundária, Júnia Maria Campos Lara (CFP) disse que o tema está sendo
202 tratado por um GT sob a coordenação da Conselheira do CFP Clarissa Paranhos e que os
203 apontamentos serão passados à Conselheira. Júnia Maria Campos Lara (CFP) continuou a
204 defesa de continuidade do GT. Rodrigo Toledo (CRP 06) questionou sobre o CPD- Código
205 de Processamento Disciplinar Comentado. Júnia Maria Campos Lara (CFP) ressaltou que o
206 CPD comentado será confeccionado, já que já foi aprovado na última APAF e que necessitará
207 de um pouco mais de tempo pois é necessário o recolhimento de dúvidas dos Conselhos
208 Regionais. Renan Vieira de S. Rocha (CRP 03) salientou que na última APAF foi aprovada a
209 realização de um encontro de COE e COF imediatamente após a publicação do CPD e que tal
210 encontro versaria sobre esta temática. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP 12)
211 parabenizou o GT sobre o Observatório e ressaltou que há uma demanda grande da categoria
212 sobre esta questão quanto a orientação, condução das práticas. Solicitou que o Observatório
213 fosse ponto prioritário na próxima APAF. Júnia Maria Campos Lara (CFP) informou que
214 haverá um treinamento sobre o CPD e que não será durante a COE e COF. Ana Sandra
215 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) fez um resumo sobre a prestação de contas do GT e
216 questionou se a criação da resolução sobre o serviço-escola ficaria a cargo do GT. O Plenário
217 entendeu que se criaria um novo GT para confeccionar a resolução. Ionara Vieira Moura
218 Rabelo (CRP 09) ponderou que a atividade do GT a ser criado será responsável por editar
219 resolução que fale sobre os serviços-escola ampliando para os cenários de estágio, com a
220 especificidade de se ter psicólogos nos locais que serão realizados os estágios, questões éticas,
221 termo de compromisso de estágio. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) reforçou
222 que a primeira tarefa do GT é editar a resolução sobre serviço-escola que ressalte a questão
223 ética e técnica dos profissionais. Carolina de Souza Walger (CRP 08) sugeriu que fosse vista
224 a questão dos supervisores acadêmicos na instituição e se criar parâmetros sobre os

225 acadêmicos. Além de parâmetros éticos para o estagiário, como uma nota de orientação, por
226 exemplo. Cleon dos Santos Cerezer (CRP 07) acredita que há que se ver a questão dos estágios
227 voluntários, serviços voluntários. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) acredita
228 que deva ser criada uma minuta de resolução, fazendo reflexões sobre as tarefas que permeiam
229 a questão do estágio. Ressaltou os critérios para a composição dos GTs, que fora aprovado no
230 dia de ontem durante as discussões e que somente seriam admitidos mais integrantes se o tema
231 fosse muito complexo e diverso. E que para a criação deste GT, os critérios seriam obedecidos.
232 Solicitou que fosse projetada uma tabela com a quantidade de GTs e quais Conselhos
233 Regionais o compõem. Rodrigo Toledo (CRP 06) informou que o CRP 06 possui muito
234 material e que pode contribuir sobremaneira nas discussões deste GT, solicitando que o CRP
235 06 componha o GT. Após ampla discussão sobre a composição deste GT, ficou definido que
236 o GT seria composto por: CRP 12, 15, 16, 18, 20, 21, 23 e CFP. Ana Sandra Fernandes
237 Arcoverde Nóbrega (CFP) lembrou as tarefas do GT e que este GT precisa prestar contas de
238 suas atividades na APAF de dezembro de dois mil e dezenove. Ana Sandra Fernandes
239 Arcoverde Nóbrega (CFP) ressaltou que o GT de Revisão da Política de Orientação e
240 Fiscalização apontou questões que não são atribuição do GT de Revisão. Júnia Maria Campos
241 Lara (CFP) destacou as atividades, os temas em que o GT de Revisão continuará fazendo:
242 diploma e certificado de estrangeiros; inscrição secundária, há encaminhamento de enviar o
243 material para o GT que está cuidando da temática; atendimento domiciliar; guarda de
244 processos disciplinares físicos transitados em julgado, aguardando o posicionamento do
245 Arquivo Nacional; Observatório sobre as Práticas Emergentes na Psicologia. Ana Sandra
246 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) lembrou sobre o treinamento a respeito do CPD-
247 Código de Processamento Disciplinar que precisa ser realizado ainda neste ano, haja vista a
248 sua prioridade. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) perguntou se havia alguma
249 oposição quanto à continuidade do GT. O Plenário entendeu que o GT deve continuar para
250 finalizar as atividades pendentes. Ressaltou que este ponto deve ser suspenso para que a
251 minuta de resolução sobre o registro e cadastro de pessoas jurídicas seja ajustada. Lembrou
252 que quando a minuta for apreciada, as delegações precisam ser as mesmas. Jaira Terezinha da
253 Silva Rodrigues (CRP 12) sugeriu que os pontos que ficaram em aberto sejam novamente
254 pautados em APAF. **Ponto 13: Proposta de Alteração da Resolução CFP n. 13/2007.** Ana
255 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) ressaltou que este ponto é uma solicitação do
256 CRP 01. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) ressaltou que este ponto deveria ser discutido

257 juntamente com o Ponto Revisão da Resolução CFP n. 13/2007 e que o CRP 01 encaminhe as
258 contribuições para discussão pelo GT. Para a discussão deste ponto sobre a Revisão da
259 Resolução CFP n. 13/2007, as delegações foram: CRP 01: Andreza Sorrentino e Cristina
260 Rosas da Silva; CRP 02: Marcos Mucarbel Júnior, Patrícia de Oliveira Guimarães e Maria de
261 Jesus Moura; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel, Renan Vieira de S. Rocha e Djean
262 Ribeiro Gomes; CRP 04: Dalcira (Pedro Paulo Bicalho) Pereira Ferrão, Rita de Cássia de
263 Araújo Almeida e Dêlcio Fernando Guimarães Pereira; CRP 05: Rodrigo Acioli Moura,
264 Viviane Siqueira Martins e Simone Garcia da Silva; CRP 06: Maria Rozineti Gonçalves,
265 Beatriz Borges Brambilla e Luciana Stoppa dos Santos; CRP 07: Mariane Teixeira Netto
266 Rodrigues, Fernanda Facchin Fioravanzo e Cleon dos Santos Cerezer; CRP 08: Carolina de
267 Souza Walger, Iara Laís Raittz Barateri Omar e Elisa Mara Ribeiro da Silva; CRP 09:
268 Handerssen Shouzo Abe e Karina Mendonça Santos; CRP 10: Giane Silva Santos Souza e
269 Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11: João Paulo Lopes Coelho e Emilie Fonteles
270 Boesmans; CRP 12: Marcos Henrique Antunes, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Joseane
271 de Oliveira Luz; CRP 13: Leandro Roque da Silva e Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP
272 14: Irma Macário e Marilene Kovalski; CRP 15: Luiz Wilson Machado da Costa e Silva e
273 Laeuzá Lúcia da Silva Farias; CRP 16: Diemerson Saquetto e Tammy Andrade Motta; CRP
274 17: Rodrigo Costa de Oliveira e Stênio Stephanio Santos de Oliveira; CRP 18: Karina Franco
275 Moshage e Zeni Luersen; CRP 19: Frederico Alves de Almeida; CRP 20: Gibson Alves dos
276 Santos e Maria das Graças Mendonça Sales; CRP 21: Juliana Barbosa Dias Maia; CRP 22:
277 Dannilo Jorge Escórcio Hálabe; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira e CFP: Rogério
278 Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega e Clarissa Paranhos Guedes. Clarissa
279 Paranhos Guedes (CFP) informou a composição do GT e explicou o ponto informando da
280 impossibilidade do credenciamento de cursos por parte do Conselho Federal de Psicologia,
281 que é de competência do MEC- Ministério da Educação. Informou que o GT que trata deste
282 tema fez diversos levantamentos, consultando entidades sobre as especialidades, solicitou que
283 os Conselhos Regionais fizessem levantamento sobre a quantidade de títulos de especialista,
284 e que a minuta de resolução, por ser uma questão judicializada, não seguiu os trâmites a serem
285 dispensados e solicitou que a minuta seja repautada para APAF de dezembro de dois mil e
286 dezenove, já abarcando as contribuições do Conselho Regional da 1ª Região. Andreza
287 Sorrentino (CRP 01) explicou as contribuições do CRP 01, quanto à carga horária mínima,
288 por exemplo, obrigatoriedade de dois anos para se obter o registro de especialista. Carolina de

289 Souza Walger (CRP 08) questionou se a discussão versava sobre a minuta da resolução ou a
290 continuidade do GT. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) sugeriu que o GT
291 acolha as contribuições do CRP 01 e tente contemplar as contribuições para a minuta e que
292 seja discutida na APAF de dezembro de dois mil e dezenove. Iany Cavalcanti da Silva Barros
293 (CRP 13) relembrou a questão do EAD e que se deve abranger a questão de não ser
294 reconhecido o ensino de EAD. Dêlcio Fernando Guimarães Pereira (CRP 04) ressaltou que o
295 CRP 04 compõe o GT e que a minuta contemplou a questão do EAD, a obrigatoriedade de
296 registro há dois anos para que se obtenha o título de especialista. Ana Sandra Fernandes
297 Arcoverde Nóbrega (CFP) ressaltou que todos os Conselhos Regionais possam encaminhar as
298 contribuições ao GT para que vejam a pertinência de se incluir as considerações na minuta e
299 que a mesma seria discutida na próxima APAF. **Ponto 14: Revisão da Resolução CFP n.**
300 **11/2012 (TICs).** Para a discussão deste ponto, as delegações foram: CRP 01: Andreza
301 Sorrentino e Cristina Rosas da Silva; CRP 02: Marcos Mucarbel Júnior, Patrícia de Oliveira
302 Guimarães e Maria de Jesus Moura; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel, Renan Vieira
303 de S. Rocha e Djean Ribeiro Gomes; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão, Dêlcio Fernando
304 Guimarães Pereira e Stela Maris Bretas Souza; CRP 05: Rodrigo Acioli Moura, Viviane
305 Siqueira Martins e Simone Garcia da Silva; CRP 06: Maria Rozineti Gonçalves, Beatriz
306 Borges Brambilla e Luciana Stoppa dos Santos; CRP 07: Mariane Teixeira Netto Rodrigues,
307 Fernanda Facchin Fioravanzo e Cleon dos Santos Cerezer; CRP 08: Carolina de Souza
308 Walger, Iara Laís Raittz Baratieri Omar e Elisa Mara Ribeiro da Silva; CRP 09: Handerssen
309 Shouzô Abe e Karina Mendonça Santos; CRP 10: Giane Silva Santos Souza e Luiz Romano
310 da Motta Araújo Neto; CRP11: João Paulo Lopes Coelho e Emilie Fonteles Boesmans; CRP
311 12: Marcos Henrique Antunes, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Joseane de Oliveira Luz;
312 CRP 13: Leandro Roque da Silva e Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14: Irma Macário e
313 Marilene Kovalski; CRP 15: Luiz Wilson Machado da Costa e Silva e Laeuzia Lúcia da Silva
314 Farias; CRP 16: Diemerson Saquetto e Tammy Andrade Motta; CRP 17: Rodrigo Costa de
315 Oliveira e Rafael Ribeiro Filho; CRP 18: Karina Franco Moshage e Zeni Luersen; CRP 19:
316 Vanessa Ramalho Ferreira Strauch; CRP 20: Gibson Alves dos Santos e Maria das Graças
317 Mendonça Sales; CRP 21: Juliana Barbosa Dias Maia; CRP 22: Dannilo Jorge Escórcio
318 Hálabe; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira e CFP: Rogério Giannini, Ana Sandra
319 Fernandes Arcoverde Nóbrega e Clarissa Paranhos Guedes. Para a discussão do ponto foi
320 convidada a Conselheira do CFP Daniela Sacramento Zanini, que informou sobre o

321 andamento das atividades do GT, sobre os documentos que forma produzidos, acrescentou
322 que o GT cumpriu todas as atividades designadas a ele e solicitou o encerramento do GT. Ana
323 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) perguntou ao plenário sobre algum óbice para o
324 encerramento. Cleon dos Santos Cerezer (CRP 07) agradeceu o trabalho do GT. Ressaltou
325 sobre as plataformas online que estão divulgando que estar cadastrado em uma plataforma
326 online não precisa estar cadastrado no e-psi. Acredita que o sistema conselhos deve fazer um
327 card, uma nota sobre esta informação equivocada. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
328 (CFP) agradeceu o trabalho do GT, ressaltou a importância do trabalho do GT. Lembrou do
329 intervalo do almoço e que os cartões de votação devem ficar na Plenária, pois serão recolhidos
330 e entregues novamente após o almoço. Os trabalhos foram interrompidos às doze horas e trinta
331 e sete minutos para o almoço e retornaram às catorze horas e dezenove minutos. Quando do
332 retorno do almoço foi retomado o ponto: **Ponto 12: GT de Revisão da Política de**
333 **Orientação e Fiscalização.** Delegações: Delegações: CRP 01: Andreza Sorrentino e Cristina
334 Rosas da Silva; CRP 02: Marcos Mucarbel Júnior, Patrícia de Oliveira Guimarães e Maria de
335 Jesus Moura; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel e Renan Vieira de S. Rocha; CRP 04:
336 Dalcira Pereira Ferrão, Túlio Louchard Piciniñi Teixeira e Rita de Cássia de Araújo Almeida;
337 CRP 05: Rodrigo Acioli Moura, Viviane Siqueira Martins e Juraci Brito da Silva; CRP 06:
338 Rodrigo Toledo, Regiane Aparecida Piva e Maria Rozineti Gonçalves; CRP 07: Mariane
339 Teixeira Netto Rodrigues, Fernanda Facchin Fioravanzo e Cleon dos Santos Cerezer; CRP 08:
340 Carolina de Souza Walger, Luciano Bugalski e Iara Laís Raittz Baratieri Omar; CRP 09:
341 Ionara Vieira Moura Rabelo e Handerssen Shouzo Abe; CRP 10: Giane Silva Santos Souza e
342 Soraya Wivianne Braga Albin; CRP 11: Diego Mendonça Viana e João Paulo Lopes Coelho;
343 CRP 12: Marcos Henrique Antunes, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Joseane de Oliveira
344 Luz; CRP 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e Leandro Roque da Silva; CRP 14: Irma
345 Macário e Marilene Kovalski; CRP 15: Luiz Wilson Machado da Costa e Silva e Zaira Rafaela
346 Lyra Mendonça; CRP 16: Diemerson Saquetto e Tammy Andrade Motta; CRP 17: Rodrigo
347 Costa de Oliveira e Stênio Stephanio Santos de Oliveira; CRP 18: Morgana Moreira Moura e
348 Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo; CRP 19: Frederico Alves de Almeida; CRP 20:
349 Gibson Alves dos Santos e Regina Célia Pereira da Silva; CRP 21: Juliana Barbosa Dias Maia;
350 CRP 22: Dannilo Jorge Escórcio Hálabe; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira; CFP: Rogério
351 Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega e Andréa Esmeraldo Câmara. Júnia
352 Maria Campos Lara (CFP) foi convidada a apresentar o ponto. Solicitou auxílio para a leitura

353 da minuta. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) procedeu à leitura das alterações
354 realizadas na minuta. Foram sugeridas algumas alterações pelo GT na minuta da resolução,
355 no artigo primeiro, terceiro, dezesseis. Carolina de Souza Walger (CRP 08) questionou, no
356 artigo dezesseis, sobre o prazo de 120 (cento e vinte dias) para a primeira ação de orientação
357 e fiscalização, haja vista o aumento de trabalho das COFs com esta atribuição, e sugere que
358 cada Conselho Regional discipline sobre o prazo. Regiane Aparecida Piva (CRP 06) informou
359 que a data deve constar do documento devido a questões jurídicas. Túlio Louchard Picinini
360 Teixeira (CRP 04) questionou sobre o prazo, lembrando que houve o encaminhamento
361 anterior do Plenário de que os conteúdos que não tiveram destaque não deveriam ser alterados.
362 Sobre a vigência Diego Mendonça Viana (CRP 11) lembrou que o prazo de trinta dias foi
363 utilizado como a mesma lógica que a adotada para o estabelecimento do prazo que consta no
364 CPD- Código de Processamento Disciplinar. Marcos Henrique Antunes (CRP 12) acredita
365 que o prazo de trinta dias para a entrada em vigor é um prazo pequeno, haja vista todo trabalho
366 de sensibilização que deverá ser feito. Solicitou que a entrada em vigor após a publicação seja
367 de noventa dias. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) consultou o Plenário e o
368 entendimento foi de que há necessidade de votação. Foram apresentadas duas propostas:
369 Proposta 1) Proposta do GT de 30 dias; 2) Proposta de Marcos Antunes do CRP 12 de que o
370 prazo seja de 90 dias. Regiane Aparecida Piva (CRP 06) ponderou a questão do prazo,
371 solicitando que haja um meio-termo, sugerindo o prazo de sessenta dias. Marcos Henrique
372 Antunes (CRP 12) informou que não cabe comparação com o CPD, pois os Plenários dos
373 Conselhos Regionais sabiam da amplitude de modificações que o CPD traria. Mas que esta
374 minuta de resolução agora apreciada traz conteúdos novos e defendeu o prazo de noventa dias.
375 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) ponderou a questão sobre o prazo de
376 sessenta dias, perguntando ao Plenário se o prazo de sessenta dias era consensual. A resposta
377 foi afirmativa. Elucidou que não havia mais nenhuma questão a tratar, colocou a minuta de
378 resolução em votação. Em regime de votação: 1) Favoráveis: quarenta e seis (46) votos; 2)
379 Contra: 0 votos; 3) Abstenção: sete (7) votos. Contabilizou-se o voto da convidada para a
380 apresentação do ponto Júnia Maria Campos Lara (CFP). A minuta de resolução foi aprovada.
381 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que os convidados para o ponto
382 sobre as Eleições já haviam chegado e que se daria a discussão deste ponto. **Ponto 15:**
383 **Eleições.** Conferidas as delegações. Participaram do Ponto: CRP 01: Leovane Gregório e
384 Andreza Sorrentino; CRP 02: Patrícia de Oliveira Guimarães, Maria de Jesus Moura e José

385 Hermes de Azevedo Júnior; CRP 03: Renan Vieira de S. Rocha, Alessandra Santos de
386 Almeida e Djean Ribeiro Gomes; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão, Dêlcio Fernando Guimarães
387 Pereira e Rita de Cássia de Araújo Almeida; CRP 05: Rodrigo Acioli Moura, Mônica Valéria
388 Affonso Sampaio e Simone Garcia da Silva; CRP 06: Rodrigo Toledo, Maria Rozinetti
389 Gonçalves e Luciana Stoppa dos Santos; CRP 07: Cleon dos Santos Cerezer, Geisa Felippi e
390 Silvana de Oliveira; CRP 08: Carolina de Souza Walger, Luciano Bugalski e João Baptista
391 Fortes de Oliveira; CRP 09: Ionara Vieira Moura Rabelo e Handerssen Shouzo Abe; CRP 10:
392 Giane Silva Santos Souza e Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11: Diego Mendonça
393 Viana e João Paulo Lopes Coelho; CRP 12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Joseane de
394 Oliveira Luz e Ematuir Teles de Sousa; CRP 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e Leandro
395 Roque da Silva; CRP 14: Glace do Carmo Freitas Siqueira e Beatriz Rosália Gomes Xavier
396 Flandoli; CRP 15: Luiz Wilson Machado da Costa e Silva e Zaira Rafaela Lyra Mendonça;
397 CRP 16: Tammy Andrade Motta e Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro; CRP 17: Stênio
398 Stephanio Santos de Oliveira e Rafael Ribeiro Filho; CRP 18: Gabriel Henrique Pereira de
399 Figueiredo e Karina Franco Moshage; CRP 19: Lidiane dos Anjos Santos Andrade; CRP 20:
400 Gibson Alves dos Santos e Maria das Graças Mendonça Sales; CRP 21: Danilo Camuri
401 Teixeira Lopes; CRP 22: Dannilo Jorge Escórcio Hálabe; CRP 23: Ricardo Furtado de
402 Oliveira e CFP: Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega e Clarissa
403 Paranhos Guedes. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que a
404 Conselheira Clarissa Paranhos Guedes (CFP) apresentará o ponto e convidou para se sentar à
405 mesa os convidados para este ponto. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) iniciou o ponto
406 informando sobre o processo licitatório para a contratação da empresa especializada no
407 sistema eleitoral. Disse que, para assegurar a lisura de todo o processo, foram contratadas, via
408 licitação, duas empresas independentes de auditoria Security Labs e The Perfect Link.
409 Informou que todo o processo foi público, os testes nos sistemas foram gravados e contou com
410 a participação da comissão eleitoral regular e da comissão eleitoral especial. Informou que a
411 empresa ganhadora da licitação foi a Infolog, que o processo está na fase de homologação e
412 que está presente para elucidar as dúvidas. Solicitou a presença dos dois convidados da
413 empresa Infolog Felipe Arruda Soares de Melo e Ubiratan Soares de Melo. Felipe Arruda
414 Soares de Melo saudou os presentes e informou que eles utilizam uma ferramenta pronta, mas
415 que está adequada às necessidades do Conselho Federal. Disse que é uma ferramenta de
416 mercado já utilizada em outros conselhos de profissão. Referiu que a empresa possui mais de

417 dezoito anos de mercado com vasta experiência, quinze anos, em eleições de conselhos de
418 classe, como o CONFEA. Em dois mil e catorze eles desenvolveram as eleições web, que o
419 produto a ser utilizado nas eleições do Sistema Conselhos. Referiu que já realizaram eleições
420 no COFEN, CONFEA, Conselho Federal de Farmácia, CRECI e que estão no mercado de
421 eleições de conselhos de classe há cinco anos. Utilizam uma ferramenta extremamente segura
422 e muito testada. Após a explanação foi aberto à plenária para questionamentos. Rodrigo
423 Toledo (CRP 06) acredita que existam questões a se pensar sobre o sistema de eleições, como
424 o sistema de banco de dados, por exemplo. Questionou como são criadas estratégias para
425 conferir a identidade da pessoa na hora da votação, se há alguma possibilidade de a empresa
426 se encarregar deste quesito. Perguntou também se o sistema é responsivo a mobile e outras
427 tecnologias e se há algum desafio, alguma dificuldade no cenário das eleições. Ana Sandra
428 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) encaminhou que se faria um bloco de três falas e a
429 empresa responderia e assim sucessivamente. Rafael Ribeiro Filho (CRP 17) salientou a
430 importância de a empresa avaliar se o sistema é acessível a alguma deficiência visual ou outro
431 tipo de deficiência e se utilizam algum software compatível com a deficiência visual. Colocou-
432 se à disposição para algum teste, já que é deficiente visual. Carolina de Souza Walger (CRP
433 08) questionou a empresa sobre as plataformas, onde os dados serão armazenados, como será
434 feito o controle dos dados, já que a votação durará cinco dias. Felipe Arruda Soares de Melo
435 da Infolog respondeu que infelizmente o banco de dados fica atrelado a questões cadastrais,
436 que possuem certificado para utilizar o certificado A3 e que estão verificando as questões
437 técnicas com o CFP neste momento, mas infelizmente a biometria não é possível, já que não
438 existe um cadastro biométrico dos eleitores e o certificado A3 não é muito utilizado no Brasil.
439 A ferramenta utilizada não possui reconhecimento facial e este reconhecimento é difícil, haja
440 vista que precisa de muitas fotos para se montar o rosto como um todo, para se evitar a fraude
441 e não há o respaldo legal para a utilização de tal tecnologia. O sistema está feito em tecnologia
442 responsiva e o sistema se adapta às dimensões da tela utilizada. Trabalham com as dimensões
443 de tela e resoluções de tela mais usuais. Ressaltou que dificuldades que enfrenta são
444 inconsistências no cadastro, não cumprimento de datas quanto ao envio dos dados pois não há
445 nenhum tipo de controle do cadastro pela empresa. Ubiratan Soares de Melo diretor técnico
446 da Infolog ressaltou que uma questão difícil no sistema de eleições é quanto ao colégio
447 eleitoral, pode haver divergências e inconsistências no cadastro, mas a empresa externará
448 junto ao Conselho Federal as dúvidas, preocupações e inconsistências detectadas.

449 Exemplificou quanto aos questionamentos das chapas que não obtiveram a vitória que
450 questionam muito a validade de todo o processo. Solicitou que todos os eleitores mantenham
451 seus dados atualizados. Felipe Arruda Soares de Melo da Infolog respondeu sobre a questão
452 da acessibilidade e referiu que há uma lógica de programação para que o software de
453 acessibilidade possa se configurar. Ubiratan Soares de Melo da Infolog referiu que os
454 softwares de acessibilidade necessitam de alguns pré-requisitos que o sistema tenha realizado
455 como funcionar com o *tab*, por exemplo. Agradeceu a disposição de Rafael Ribeiro Filho em
456 ajudar. E informou que provavelmente precisará de ajuda no teste do protótipo. Quanto ao
457 armazenamento, Ubiratan Soares de Melo da Infolog referiu que é mais fácil e
458 economicamente viável utilizar um datacenter da Amazon, do Google, do que um datacenter
459 da própria empresa. Informou que o armazenamento será feito via nuvem, já que a lei exige
460 que o armazenamento seja feito no Brasil e esses datacenter possuem criptografias, senhas,
461 monitoramento e são auditáveis e os bancos de dados são fechados e qualquer tipo de acesso
462 é rigorosamente monitorado. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) abriu o
463 segundo bloco de perguntas. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro (CRP 16) questionou
464 como será feito para se garantir o direito ao voto, no caso dos inadimplentes, caso haja algum
465 problema técnico na hora da votação, o que pode ser feito para que o profissional exerça o seu
466 voto. O que pode ser feito em situações que prejudique o voto, como será feito o envio de
467 senhas por e-mail. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP 09) questionou sobre como será gerado
468 o relatório de inadimplentes. Se há alguma forma de se bloquear o inadimplente e qual o prazo
469 para atualização dos inadimplentes. Como será realizado o processo de licitação da auditoria
470 que auditará o software e quando será realizada a prova de conceito. Mônica Valéria Affonso
471 Sampaio (CRP 05) questionou sobre a auditoria, se o método que será utilizado para as
472 eleições pode ser auditado, pois o processo de eleição será todo online. Questionou também
473 se o processo já está sendo auditado. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) informou que foram
474 contratadas, por licitação, duas auditorias independentes, Security Labs e The Perfect Link,
475 que já acompanharam e auditaram as provas de conceito que serão utilizadas no processo
476 eleitoral. Argumentou que grande parte das dúvidas apresentadas neste momento, dizem
477 respeito à área de Tecnologia da Informação do Conselho Federal que podem ser respondidas
478 pelo responsável da área. Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05) referiu que gostaria de
479 entender como é realizada a auditoria. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP)
480 informou que a eleição que eles mesmos concorreram há quase três anos foi objeto de licitação

481 e que todo o processo pode ser auditado. Felipe Arruda Soares de Melo da Infolog disse que
482 a garantia do direito ao voto será feita de acordo com o regulamento do Conselho Federal
483 quanto às eleições. Sobre a importação dos arquivos já é realizado um relatório indicando se
484 o eleitor é apto ou está inápto para a votação. Sobre a questão de envio de senhas, os próprios
485 provedores já desenvolveram ferramentas anti spam que propiciam a votação. Indicou que
486 podem ser realizados alguns procedimentos que podem indicar ao provedor que aquele e-mail
487 não é spam, como por exemplo, modificar o assunto, deixando-o diferenciado. Elucidou que
488 a Infolog não tem como garantir que todos os e-mails que são recebidos pelo usuário cheguem
489 à caixa de entrada, que alguns infelizmente vão para os Spam ou até mesmo para a lixeira.
490 Informou sobre o uso de SMS que não possuem uma política de anti spam muito rígida. Ainda,
491 sobre a prova de conceito, informou que foi feita no momento da licitação e estava de acordo
492 com as exigências do Sistema Conselhos. Disse ainda que as duas empresas de auditoria
493 independentes, ao final do processo, assinarão um documento que autenticará o código de
494 software atestando o sistema utilizado. Leomar Santana, analista do CFP, informou que as
495 comissões eleitorais possuem um cronograma específico para envio da base de dados e que o
496 primeiro envio será realizado em junho e o segundo envio da base de dados será realizado dez
497 dias antes das eleições. Assim, o profissional terá este intervalo de tempo entre os envios da
498 base de dados para atualizar o seu cadastro. Ressaltou que o período de votação será de cinco
499 dias, então se ocorrer algum problema de acesso, o profissional terá cinco dias para votar,
500 podendo votar presencialmente caso realize negociação. Informou que o sistema eleitoral não
501 fica indisponível, o que pode acontecer é o profissional não ter acesso à internet, ter algum
502 tipo de problema com os dispositivos, mas que o sistema de eleições, em si, não fica
503 indisponível. Ressaltou que o Conselho Federal contratou duas empresas de auditoria,
504 ampliando o nível de segurança e transparência e que as chapas podem contratar auditorias
505 especialistas independentes para acompanhar os trabalhos de auditoria. Ana Sandra Fernandes
506 Arcóverde Nóbrega (CFP) abriu mais um bloco de falas. Rodrigo Acioli Moura (CRP 05)
507 questionou a possibilidade de mapeamento do número de votos por chapa por município, pois
508 foi uma solicitação de uma chapa concorrente. Luciana Stoppa dos Santos (CRP 06) ressaltou
509 a quanto à operacionalização do cadastro, quanto a garantir o voto das(os) psicólogas(os) que
510 por alguma razão não conseguirem atualizar o cadastro a tempo. Quer saber quanto ao
511 calendário de divulgação das informações. Achou importante que se faça um informativo para
512 a categoria sobre a transparência do processo. Questionou como será garantida a

513 acessibilidade, já que haverá votação presencial nos postos de votação. Acha importante que
514 se faça uma campanha de divulgação para este processo de votação. Jaira Terezinha da Silva
515 Rodrigues (CRP 12) questionou quanto ao código de segurança, como será possível um código
516 a mais de segurança, como o CPF, RG, por exemplo. Perguntou se é possível disparar um
517 primeiro e-mail comunicando das eleições, via cadastro nacional, utilizando os dados
518 constantes no cadastro nacional. Cleon dos Santos Cerezer (CRP 07) perguntou se há a
519 possibilidade de se receber via e-mail ou via SMS o código para votar. Felipe Arruda Soares
520 de Melo da Infolog informou sobre o registro do município, há registro do IP da máquina de
521 onde surgiu esse voto. E que a Infolog se aterá o IP de origem e não ao município. Entretanto,
522 Leomar Santana (CFP) informou que se gerar um relatório por município, pode quebrar o
523 sigilo do voto. Felipe Arruda Soares de Melo da Infolog informou sobre a acessibilidade que
524 necessitarão analisar ainda alguns casos para orientar da melhor forma possível. Sobre a
525 possibilidade de votação sem utilizar a senha, há a confirmação positiva, que é a conformação
526 de dados e precisa ser bastante analisada, mas esta confirmação positiva está atrelada ao
527 cadastro dos profissionais. Disse ainda que a recuperação de senha pode ser realizada por e-
528 mail ou SMS. Leomar Santana (CFP) informou que a campanha de atualização cadastral será
529 realizada a partir de junho e que este é o terceiro processo de eleição via web e será feito um
530 mapeamento das inconsistências cadastrais. Danilo Camuri Teixeira Lopes (CRP 21)
531 informou que existe um software de reconhecimento visual e o blockchain e se há a
532 possibilidade de utilização destes recursos. Leomar Santana (CFP) disse que a utilização deste
533 tipo de tecnologia precisa de uma boa base de dados e que atualmente a base de dados precisa
534 de atualização. Felipe Arruda Soares de Melo da Infolog destacou que não há a possibilidade
535 de implementação de serviços por terceiros e que utilizam o seu próprio sistema para garantir
536 que o sistema de votação não fique fora do ar. Ressaltou que utilizam a política de assinaturas
537 que é aceita no Brasil, o que não ocorre com o blockchain e que não se usam as propagações
538 de dados em servidores públicos. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) disse que
539 qualquer tipo de dúvida pode ser encaminhada à Comissão Eleitoral, apresentada à equipe do
540 Conselho Federal e às auditorias. Agradeceu a presença dos dois consultores. Ubiratã Soares
541 de Melo e Felipe Arruda Soares de Melo da Infolog agradeceram a oportunidade. Ana Sandra
542 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) ressaltou que as duas empresas de auditoria foram
543 convidadas, mas que não puderam comparecer. **Ponto 16: GT de Eleições.** Conferidas as
544 delegações: Participaram do ponto: CRP 01: Leovane Gregório e Andreza Sorrentino; CRP

545 02: Patrícia de Oliveira Guimarães, José Hermes de Azevedo Júnior e Marcos Mucarbel
546 Júnior; CRP 03: Renan Vieira de S. Rocha, Alessandra Santos de Almeida e Djean Ribeiro
547 Gomes; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão, Dêlcio Fernando Guimarães Pereira e Rita de Cássia
548 de Araújo Almeida; CRP 05: Rodrigo Acioli Moura, Mônica Valéria Affonso Sampaio e
549 Simone Garcia da Silva; CRP06: Rodrigo Toledo, Maria Rozineti Gonçalves e Luciana
550 Stoppa dos Santos; CRP 07: Cleon dos Santos Cerezer, Geisa Felippi e Silvana de Oliveira;
551 CRP 08: Carolina de Souza Walger, Luciano Bugalski e João Baptista Fortes de Oliveira;
552 CRP 09: Ionara Vieira Moura Rabelo e Handerssen Shouzo Abe; CRP 10: Giane Silva Santos
553 Souza e Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11: Diego Mendonça Viana e João Paulo
554 Lopes Coelho; CRP 12: Jaira Têrezinha da Silva Rodrigues, Joseane de Oliveira Luz e Ematuir
555 Teles de Sousa; CRP 13: Helga Cristine Maciel Hofmann e Leandro Roque da Silva; CRP 14:
556 Glace do Carmo Freitas Siqueira e Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli; CRP 15: Laeuza
557 Lúcia da Silva Farias e Zaira Rafaela Lyra Mendonça; CRP 16: Tammy Andrade Motta e
558 Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro; CRP 17: Stênio Stephanio Santos de Oliveira e
559 Rafael Ribeiro Filho; CRP 18: Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo e Karina Franco
560 Moshage; CRP 19: Lidianê dos Anjos Santos Andrade; CRP 20: Gibson Alves dos Santos e
561 Maria das Graças Mendonça Sales; CRP 21: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22: Raissa
562 Bezerra Palhano; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira e CFP: Ana Sandra Fernandes
563 Arcoverde Nóbrega, Clarissa Paranhos Guedes e Norma Celiane Cosmo. Ana Sandra
564 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) anunciou que a Conselheira Clarissa Paranhos Guedes
565 (CFP) apresentará o ponto. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) informou que a última tarefa do
566 Grupo de Trabalho é a elaboração do Manual de Recomendações para o Processo de Transição
567 das Gestões dos Conselhos de Psicologia. Solicitou que o Manual fosse aprovado. Procedeu-
568 se à leitura do Manual e os destaques foram sendo apontados. Diego Mendonça Viana (CRP
569 11), Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP 09), Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo (CRP 18),
570 Norma Celiane Cosmo (CFP), Luciana Stoppa dos Santos (CRP 06), Carolina de Souza
571 Walger (CRP 08), Luciano Bugalski (CRP 08) solicitaram destaque no texto do Manual.
572 Diego Mendonça Viana (CRP 11) solicitou que fosse incluído o princípio da legalidade.
573 Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP 09) quis saber como é feita a constituição da Comissão de
574 Transição, o prazo, necessidade de realização da Plenária. Quis saber também se é possível
575 que a Comissão Eleitoral peça a sugestão de nomes para a formação da Comissão de
576 Transição. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo (CRP 18) disse ser importante se pensar

577 na extinção da Comissão. Destacou que seria interessante que a Comissão continuasse em
578 vigência por um tempo mesmo após a posse da Comissão de Eleição. Jaira Terezinha da Silva
579 Rodrigues (CRP 12) acredita que uma vez aprovado o Manual, que ele seja encaminhado a
580 todas as chapas concorrentes. Andreza Sorrentino (CRP 01) destacou que não há a
581 obrigatoriedade de publicação no DOU- Diário Oficial da União. Solicitou a supressão deste
582 item. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo (CRP 18) acredita que a publicação no DOU
583 deva ser obrigatória. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) encaminhou que há
584 duas proposições diferentes, sendo a primeira de supressão da obrigatoriedade de publicação
585 no DOU e a segunda proposta de manutenção da obrigatoriedade de publicação no DOU.
586 Karina Franco Moshage (CRP 18) ressaltou a importância de se constar a palavra "oficial" na
587 questão da divulgação do resultado da eleição. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
588 (CFP) encaminhou as duas proposições para a votação. E em regime de votação, Proposta 1)
589 Favoráveis: 46 votos, Contra: não houve, Abstenção: não houve; Proposta 2) Favoráveis: 07
590 votos, Contra: não houve, Abstenção: não houve. Dessa forma, ficou definido que se retiraria
591 a publicação no DOU. Norma Celiane Cosmo (CFP) destacou que o texto sobre a composição
592 da comissão deveria ser até cinco membros da nova gestão e indicação de um coordenador
593 para a comissão e sobre a gestão em exercício o texto deveria constar até cinco membros da
594 gestão em exercício e indicação de um coordenador para a comissão. Luciana Stoppa dos
595 Santos (CRP 06) questionou sobre a composição da comissão quanto a ter um psicólogo no
596 mínimo. Luciano Bugalski (CRP 08) acredita ser de extrema importância que se conste um
597 psicólogo para a composição da Comissão. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP)
598 ressaltou as atribuições da Comissão. Carolina de Souza Walger (CRP-08) acredita que deva
599 ter a indicação de um funcionário do Conselho Regional para a composição da Comissão.
600 Luciana Stoppa dos Santos (CRP 06) sugeriu que a comissão seja composta por psicólogos e
601 que os funcionários dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal possam prestar o apoio
602 técnico. Diego Mendonça Viana (CRP 11) acredita que a comissão deva ser composta pelos
603 membros da diretoria e principalmente pelos ordenadores de despesa. Ana Sandra Fernandes
604 Arcoverde Nóbrega (CFP) colocou o texto quanto a composição da comissão, "que tenha até
605 cinco membros da gestão em exercício, podendo estes membros contar com o apoio técnico".
606 Andreza Sorrentino (CRP 01) coadunou com a sugestão feita por Diego Mendonça (CRP 11),
607 pois acredita que é obrigação da diretoria compor a Comissão, ficando a cargo da Diretoria a
608 indicação de seus participantes. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP)

609 encaminhou o texto no sentido de que fique com a redação "a comissão possua até cinco
610 membros da gestão em exercício, podendo estes membros contar com o apoio técnico, e que
611 possua um membro da diretoria". Carolina de Souza Walger (CRP 08) acredita que um texto
612 mais geral deva contemplar as questões apontadas. Dessa forma, sugeriu o texto "a Comissão
613 de Transição deverá ser composta por cinco membros indicados pela nova gestão e cinco
614 membros da gestão em exercício, sendo necessário que cada uma das partes indique o
615 coordenador". Stênio Stephanio Santos de Oliveira (CRP 17) acredita que o texto deva
616 contemplar que os membros sejam da nova gestão e não que sejam indicados. Ana Sandra
617 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) questionou se haveria alguém da Plenária contra o texto
618 proposta pela Carolina Walger (CRP 08). Rodrigo Toledo (CRP 06) ponderou que o texto
619 deve atender às questões ordinárias dos Conselhos Regionais e do Federal. Diego Mendonça
620 Viana (CRP 11) salientou que no texto deve constar as questões ordinárias e as estatutárias,
621 regimentais do Sistema Conselhos. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) destacou que este manual
622 é de recomendações, é sugestivo e não taxativo. Luciano Bugalski (CRP 08) sugeriu que se
623 alterasse o termo valores mensais para valores mensais e globais e critérios de reajuste. Ionara
624 Vieira Moura Rabelo (CRP 09) solicitou que se acrescente no item 2, decisões de assembleia.
625 Diego Mendonça Viana (CRP 11) sugeriu que se conste somente o TCU no item 5, que se
626 retire o TCE. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP 09) salientou que os documentos devem ser
627 entregues em suas versões atualizadas. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP)
628 informou que todos os destaques foram apreciados e que o Manual já poderia ser votado. Em
629 regime de votação: 1) Favoráveis: 49 votos. 2) Contra: não houve. 3) Abstenção: 1 voto. Não
630 foram contabilizados 3 votos pois os integrantes da delegação não se encontravam em seus
631 assentos. O Manual foi aprovado. Gibson Alves dos Santos (CRP 20) questionou se a
632 comissão de transição deve ser constituída para o CRP 24 também. Ana Sandra Fernandes
633 Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que a mesma equipe que será constituída para o CRP 20
634 deverá realizar o trabalho para o CRP 24. Argumentou que a aprovação do Manual seria a
635 última tarefa deste Grupo de Trabalho, então o GT estaria extinto. O Plenário entendeu que o
636 GT estaria extinto. Rogério Giannini (CFP) informou que o dia de hoje se comemoram duas
637 datas muito importantes, quais sejam, Luta Antimanicomial e Dia de Combate à Violência e
638 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Dessa forma, sugeriu que fosse realizada uma
639 manifestação rápida, com transmissão ao vivo e após haveria o retorno às pautas de discussão.
640 Que a manifestação deveria durar trinta minutos. Em votação, o Plenário foi de acordo

641 unanimemente. Ricardo Furtado de Oliveira (CRP 23) ressaltou a importância de se discutir
642 o EAD. Dessa forma, os trabalhos foram interrompidos às dezessete horas e quatro minutos e
643 retornaram às dezessete horas e quarenta minutos. **Ponto 17: Resolução que proíbe o**
644 **registro de profissionais formados por Educação à Distância (EAD).** Ana Sandra
645 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) perguntou ao Plenário sobre o teto dos trabalhos no dia
646 de hoje. Ficou estabelecido que seria às vinte horas. Participaram do ponto: CRP 01: Leovane
647 Gregório e Cássia da Silva Relva; CRP 02: Patrícia de Oliveira Guimarães, José Hermes de
648 Azevedo Júnior e Marcos Mucarbel Júnior; CRP 03: Renan Vieira de S. Rocha, Alessandra
649 Santos de Almeida e Djean Ribeiro Gomes; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão, Stela Maris
650 Bretas Souza e Dêlcio Fernando Guimarães Pereira; CRP 05: Rodrigo Acioli Moura, Viviane
651 Siqueira Martins e Juraci Brito da Silva; CRP 06: Rodrigo Toledo, Beatriz Borges Brambilla
652 e Maria Rozineti Gonçalves; CRP 07: Cleon dos Santos Cerezer, Geisa Felippi e Silvana de
653 Oliveira; CRP 08: Carolina de Souza Walger, João Baptista Fortes de Oliveira e Elisa Mara
654 Ribeiro da Silva; CRP 09: Ionara Vieira Moura Rabelo e Mayk Diego Gomes da Glória
655 Machado; CRP 10: Giane Silva Santos Souza e Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11:
656 Diego Mendonça Viana e João Paulo Lopes Coelho; CRP 12: Jaira Terezinha da Silva
657 Rodrigues, Joseane de Oliveira Luz e Fabrício Antônio Rapp; CRP 13: Leandro Roque da
658 Silva e Iany Cavalcanti da Silva Barros; CRP 14: Irma Macário e Beatriz Rosália Gomes
659 Xavier Flandoli; CRP 15: Zaira Rafaela Lyra Mendonça e Laeuzia Lúcia da Silva Farias; CRP
660 16: Tammy Andrade Motta e Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro; CRP 17: Camomila
661 Lira Ferreira e Rafael Ribeiro Filho; CRP 18: Karina Franco Moshage e Zeni Luersen; CRP
662 19: Frederico Alves de Almeida; CRP 20: Regina Célia Pereira da Silva e Maria Das Graças
663 Mendonça Sales; CRP 21: Danilo Camuri Teixeira Lopes; CRP 22: Dannilo Jorge Escórcio
664 Hálabe; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira; CFP: Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes
665 Arcoverde Nóbrega, Clarissa Paranhos Guedes e Andréa Esmeraldo Câmara. Rogério
666 Giannini (CFP) iniciou o ponto informando que é um ponto do próprio Conselho Federal, que
667 é um ponto focado nas diretrizes curriculares, mais especificamente nas EADs (educação à
668 distância). Ressaltou que é um tema bastante presente nos debates, quanto à proteção do
669 ensino, dos riscos da EAD. Ressaltou que recentemente o tema ganhou outros contornos com
670 a publicação de resolução de dois Conselhos de Classe, Odontologia e Medicina Veterinária
671 sobre a não concessão do registro profissional aos egressos de cursos EAD. Acredita ser
672 importante a discussão desta temática pelo Sistema Conselhos, haja vista que há toda uma

673 cobrança de um posicionamento do Sistema Conselhos sobre a temática. Ressaltou que o tema
674 foi pautado e discutido na Reunião de Presidentes, em que foi apresentada toda uma avaliação
675 sobre o estado da arte da educação, das políticas de educação, as Diretrizes Curriculares e a
676 discussão foi direcionada a se refletir sobre a temática para além da questão isolada. Informou
677 que não existe nenhum curso de Psicologia totalmente EAD, que conforme as LDB - Leis de
678 Diretrizes Básicas há a possibilidade de 20% de carga horária EAD. Ressaltou que há um
679 grupo em discussão no CNE- Conselho Nacional da Educação, composto por Virgílio Bastos,
680 Raquel Guzzo e Irani Tomiato que estão discutindo e negociando as Diretrizes Curriculares.
681 Diretrizes estas que constam que o curso de Psicologia é presencial e não é EAD. Referiu que
682 Diego Mendonça Viana (CRP11) participou da Reunião de Presidentes e fez considerações
683 que vão além da discussão de ser contra ou a favor em si. Informou que na Reunião foi
684 compactuado que seria dada a palavra a Diego Mendonça Viana. Diego Mendonça Viana
685 (CRP 11) referiu que existe uma proposta objetiva quanto ao ponto de pauta, sobre os dois
686 Conselhos Odontologia e Medicina Veterinária se o Sistema Conselhos apoiará ou não a
687 decisão deles. Destacou que mais de uma vez houve o posicionamento de que o curso de
688 Psicologia é presencial, com as devidas ressalvas do ensino à distância já regulamentadas.
689 Ressaltou que existem diversos cursos irregulares, fraudulentos que geram diplomas falsos,
690 ou no mínimo questionáveis e que chegam aos Conselhos Regionais para registro. Acredita
691 que existem alternativas para se coibir a chegada destes diplomas nos Conselhos Regionais.
692 Destacou que o Sistema Conselhos possui posicionamento firmado sobre não realizar o
693 registro destes profissionais. O posicionamento também firmado pelo Sistema Conselhos é de
694 se fazer gestão com o CNE para que as Diretrizes Curriculares sejam aprovadas como estão.
695 Destacou que, entretanto, que há a possibilidade de que o CNE não aprove as DCN como
696 estão e que permitam o ensino EAD. Ressaltou que não há do ponto de vista legal, algo que
697 ampare o Sistema Conselhos a não realizar o registro de um diploma nos moldes EAD, se este
698 for reconhecido pelo MEC. O registro terá que ser realizado, já que não cabe ao Sistema
699 Conselhos fazer juízo de valor sobre o curso EAD ou o curso presencial, qual deles melhor
700 contempla as Diretrizes Curriculares. Se o Sistema Conselhos optar por editar normativa que
701 refira que não será realizado o registro de diploma proveniente de curso EAD pode-se gerar
702 um passivo grande, haja vista a incidência de multas que variam entre dez a cinquenta mil
703 reais. Referiu sobre a decisão do CFESS- Conselho Federal de Serviço Social onde destacou
704 que este Conselho tem autonomia para verificar a validade do diploma que recebe devido à

705 segurança cartorial. O CFESS possui EAD. Sugeriu que fosse criado um GT para trabalhar no
706 tema. Rogério Giannini (CFP) complementou a fala questionando se não se realizar o
707 reconhecimento do diploma EAD que há a possibilidade de ser acusado de dano financeiro à
708 instituição que oferece o curso. Questionou também se o Plenário manterá o posicionamento
709 de se punir o aluno que frequentou o ensino EAD. Beatriz Borges Brambilla (CRP 06)
710 salientou que no estado de São Paulo tem havido a discussão junto ao Fórum de Conselhos de
711 Atividades Fins da Saúde – FCFAS e articulação junto as Conferências de Saúde pela
712 preferência da modalidade presencial para os cursos em saúde. Foi realizada também
713 discussão junto ao CRESS- Conselho Regional de Serviço Social no sentido da
714 mercantilização da educação. A leitura do CRESS é de que o ensino à distância é uma falácia
715 para que os cursos sejam comercializados e não tenham qualidade. Apontou se o Sistema
716 Conselhos de Psicologia vai apoiar os Conselhos de Odontologia e de Medicina Veterinária e
717 que não há porque se editar uma resolução ou algum documento que proíba algo que
718 efetivamente ainda não existe. Ricardo Furtado de Oliveira (CRP 23) salientou que no estado
719 do Tocantins há a modalidade de cursos semipresencial e que as aulas ocorrem duas vezes por
720 mês em escolas conveniadas com a prefeitura sob a forma de curso de extensão. E que as
721 entidades que fornecem os cursos dão a garantia aos alunos que os diplomas expedidos serão
722 validados como diplomas de extensão. Ressaltou que são cursos que já estão em fase de oferta
723 de estágios e são cursos sem condições de funcionamento. Salientou ainda que a questão do
724 curso semipresencial é ainda mais grave que o curso EAD e questionou a possibilidade de não
725 aceite das solicitações de registros dos alunos egressos dos cursos semipresenciais e o que se
726 fazer com os professores que dão aula nestes cursos, já que não há a obrigatoriedade de
727 registro ao professor. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) ressaltou que há
728 catorze falas inscritas e solicitou que as falas sejam sucintas de forma possibilitar a
729 participação de todos os inscritos a fim de que se produzam encaminhamentos sobre o tema.
730 Um deles já é a criação de GT. Irma Macário (CRP 14) salientou que o EAD é um grande
731 desafio ao Sistema Conselhos. As instituições de ensino estão utilizando estratégias para
732 trabalhar a EAD, colocando disciplinas totalmente EAD, disciplinas com complementação em
733 EAD. Estão ocorrendo as demissões de supervisores de estágios e admissão de preceptores de
734 estágio, com diminuição salarial, e aumentos dos TCCs- Trabalho de Conclusão de Curso na
735 modalidade online. O CRP 14 tem verificado que há somente um orientador de TCC para
736 quarenta orientandos e que este tipo de trabalho não é efetivo e a orientação dos TCCs é

737 somente feita quanto às questões estruturais e não englobam o conteúdo. Jaira Terezinha da
738 Silva Rodrigues (CRP 12) reconhece que esta discussão é antiga e lembrou que a Engenharia
739 e a Arquitetura editaram resolução proibindo o ensino EAD. Referiu que a CEMESP-
740 Entidades Representativas das Instituições de Ensino Superior Privadas e Associação
741 Brasileira de Ensino à Distância solicitam a revogação imediata das resoluções. Acredita que
742 não há como se posicionar sobre a manutenção ou não das resoluções dos outros conselhos,
743 mas pode-se confeccionar uma carta aberta para a sociedade fazendo recomendação na defesa
744 do ensino presencial, além de fazer gestão junto ao legislativo para que as normativas sejam
745 revistas. Rogério Giannini (CFP) destacou que o caráter do EAD é comercial, tendo a
746 educação como sendo um produto a ser vendido, mas que tem sofrido de um processo de
747 desregulamentação cada vez mais intenso. Não acredita que o que deva ser feito é editar uma
748 resolução nos moldes dos outros conselhos, mas pensar em estratégias de combate às diversas
749 formas de precarização da educação e uma ação especificamente sobre a EAD, não se atendo
750 às questões legislativas neste momento. Criação de um GT que pense nas diversas formas de
751 combate à precarização da educação, ações judiciais, medidas jurídicas, medidas de
752 campanha, medidas de relação com os órgãos de controle, Ministério Público e uma ação
753 específica de EAD, no sentido de combater o conceito de EAD. Acredita que seja importante
754 realizar uma campanha no sentido de a psicologia enfatizar a defesa de cursos somente
755 presenciais que constam em lei. Ou seja, faça cursos que a lei garante. Leovane Gregório (CRP
756 01) acredita que a questão é muito delicada. Acha que é importante se criar uma banca de
757 advogados dos Conselhos Regionais para se apontar e questionar o MEC quanto aos cursos.
758 Ressaltou que existe muita ilegalidade quanto aos cursos EAD. Maria Carolina Fonseca
759 Barbosa Roseiro (CRP 16) acredita que o Sistema Conselhos não tem segurança jurídica para
760 editar uma resolução. Ressaltou a necessidade de se dar uma solução mais diretiva quanto às
761 fiscalizações. Apoiar a formação de um GT que trate do tema, elaborando orientações mais
762 diretivas, que abarque os estágios supervisionados, clínicas-escola, fiscalização nas
763 universidades. Ressaltou que discussões devem ser feitas com as instituições no sentido de
764 saber que tipo de metodologias e técnicas da Psicologia seriam passíveis de ter formação pela
765 metodologia EAD. Diego Mendonça Viana (CRP 11) destacou que é importante lembrar que
766 não existe curso de Psicologia que não seja presencial, o que não é presencial não é legal.
767 Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP 09) acredita que o GT deva articular as estratégias de
768 orientação e fiscalização que foram discutidas no Encontro de COE e COF do ano de dois mil

769 e dezoito, em que consta um protocolo, um modelo de TAC- Termo de Ajustamento de
770 Conduta que identifica as infrações ao Código de Ética do Profissional Psicólogo. Acha
771 importante também que o GT de EAD, que será criado, faça articulação com o GT de Estágio
772 e apoie as ações estratégicas da ABEP, no sentido de sensibilizar os professores do INEP
773 quanto ao EAD, mudança das DCNs quanto a constar que o supervisor de curso tenha que ter
774 registro nos Conselhos Regionais. Importante também modificar os Artigos 16, 19 e 23 das
775 DCNs. Conselho Federal deve articular com o Conselho ou o Conselhinho a importância do
776 ensino presencial. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) acredita que deva ter um
777 membro da ABEP na constituição do GT. Luiz Romano da Motta Araújo Neto (CRP 10)
778 ressaltou que este tema é bastante difícil. Acredita que se devam ter informações concretas
779 para que o Sistema Conselhos possa se pronunciar, para realizar denúncias. Dalcira Pereira
780 Ferrão (CRP 04) ressaltou que inicialmente o Sistema Conselhos deva informar à sociedade o
781 que é o ensino EAD e que seja redigido um documento para a categoria também, destacando
782 a precarização e o sucateamento da educação na metodologia EAD. Frisou que existem
783 professores discutindo sobre a não inscrição nos Conselhos Regionais. Disse que o CRP 04
784 tem interesse em compor o GT. Carolina de Souza Walger (CRP 08) salientou que se devam
785 buscar caminhos de normatizar o recebimento de diplomas. O Sistema precisa discutir o que
786 se fazer quando se tomar ciência de um curso EAD ou semipresencial. Questionou a
787 necessidade de se formar um GT para se discutir o EAD, já que fora anteriormente aprovada
788 a criação de GT que discutirá o Estágio. Iany Cavalcanti da Silva Barros (CRP 13) acredita
789 que a discussão sobre o EAD deva obrigatoriamente englobar a ABEP. Salientou que a
790 discussão sobre o estágio e o EAD deva ficar num único GT. Zaira Rafaela Lyra Mendonça
791 (CRP 15) ressaltou a importância de se traçar estratégias de intervenção. Fez comparação com
792 resolução editada pelo Conselho Federal sobre as TICs. Fabrício Antônio Raupp (CRP 12)
793 acredita ser importante trazer o FENPB para maior discussão entre as entidades. Ana Sandra
794 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) informou que as inscrições se encerraram e que era
795 preciso ponderar sobre a criação de GT sobre EAD. Foram elencadas as tarefas e distribuídas
796 entre tarefas do GT e do Sistema: 1- Para o Sistema: a) Responder ao CFO e CRMV apoiando
797 as Resoluções dos Conselhos, informando sobre a não adoção de resolução; b) Campanha em
798 parceria com os Conselhos de Saúde; c) Realizar gestão com os legislativos estaduais e
799 federal; d) Criar banca de advogados para questionar os cursos e o MEC; e) Realizar
800 discussões com as instituições formadoras; f) Buscar junto à ABEP a alteração das DCNs.

801 (artigos 16, 19 e 23) quanto a obrigatoriedade do supervisor de estágio ser psicólogo/a
802 inscrita/o; g) Sensibilizar professores que são avaliadores do INEP; h) Denunciar
803 juridicamente as situações reais que vilipendiam a profissão; i) Elaborar carta aberta à
804 sociedade, problematizando a temática e nota orientativa informando aos estudantes sobre a
805 importância de ensino presencial – os CRPs 06, 07 e 09 possuem subsídios para elaboração
806 de nota orientativa; j) Ampliar realização de ações estratégicas para o FENPB; k) Realizar
807 campanha para a sociedade enfatizando o que a Lei já define sobre formação – os cursos de
808 psicologia são presenciais; l) Criar campanha sobre cursos EAD e cursos irregulares, com
809 foco para whatsapp, pequenos vídeos. 2- Tarefas para o GT: a) Elaborar orientações sobre as
810 atividades de fiscalização em cursos irregulares- protocolo de fiscalização da SOE (Secretaria
811 de Orientação e Ética) nos moldes do protocolo apresentado no Encontro de COE e COF; b)
812 Criar um fluxo de denúncias a ser seguido por todos os Conselhos Regionais e Federal, aos
813 moldes do fluxo sobre os testes psicológicos disponível na Internet; c) Realizar um
814 levantamento do panorama legislativo e do panorama regional sobre EAD e cursos; d)
815 Convidar representante da ABEP para compor o GT; e) Normatizar a verificação de diplomas
816 e f) Elaborar minuta de nota orientativa. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP)
817 ponderou se deve criar um novo GT. Mayk Diego Gomes da Glória Machado (CRP 09)
818 ressaltou que serão dois GTs com temáticas próximas, mas que cada GT possui sua
819 especificidade. Rafael Ribeiro Filho (CRP 17) ponderou que haja somente um GT, pois, uma
820 questão abordará a outra. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) ressaltou que
821 existem duas proposições. Em regime de votação, decidiu pela constituição de novo GT;
822 Favoráveis: 40 votos, Contra: 10 votos e Abstenção: não houve. Não foram contabilizados 4
823 votos, pois os integrantes da delegação não estavam em seus assentos. Após diversos
824 questionamentos, ponderações e discussões sobre quais Conselhos Regionais deveriam
825 integrar o GT, os Conselhos Regionais que compõem a região nordeste, quais sejam, CRPs
826 11, 13 e 22, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega consultou o Plenário se este GT
827 deveria abarcar dois Conselhos Regionais da região nordeste devido à complexidade do tema.
828 Em regime de votação: 1) Favoráveis a que a região Nordeste tenha dois CRPs compondo o
829 GT: 33 votos; 2) Contrários a que a região Nordeste tenha dois CRPs compondo o GT: 13
830 votos; 3) Abstenção: 5 votos. Dessa forma, comporão o GT sobre a EAD: CRPs 04, 07, 13,
831 18, 22, 23 e CFP. Após a leitura de todas as tarefas de atribuição do Sistema e de atribuição
832 do GT, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) sugeriu que as tarefas fossem

833 votadas em bloco. Em regime de votação: 1) Favoráveis aos encaminhamentos: 47 votos; 2)
834 Contrários aos encaminhamentos: não houve; 3) Abstenção: 3 votos. Ana Sandra Fernandes
835 Arcoverde Nóbrega (CFP) consultou o Plenário sobre a divulgação dos Eventos: ABEP,
836 ULAPSI e CONPE. O Plenário deu sua anuência. Informou que a primeira pauta do dia de
837 amanhã será sobre Políticas de Álcool e Outras Drogas. Informou que o horário de início do
838 dia de amanhã será às nove horas, solicitou pontualidade devido ao número de pontos que
839 ainda precisam ser discutidos. Solicitou ainda que os cartões de votação fossem devolvidos e
840 que seriam distribuídos novamente no dia de amanhã. Os trabalhos foram encerrados às vinte
841 horas e dois minutos. Esta Ata foi revisada por Andrea Esmeraldo Câmara, Conselheira
842 Secretária do Conselho Federal de Psicologia. Nada mais havendo a tratar, a referida Ata foi
843 lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

844

[Signature]
Robson

[Signature] A

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Morine Fereski

Laura Rafaela Lyra Mendonça

[Signature]
Robson Ribeiro Fereski

[Signature]